

Regime Geral de Prevenção da Corrupção



O que vai aprender nesta formação?

Esta ação de formação de nível introdutório apresenta os fundamentos do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, abordando o respetivo enquadramento legal, os principais instrumentos de prevenção e a sua aplicação no contexto da Administração Pública.

Com base em referenciais normativos e estratégicos — nomeadamente a Constituição da República Portuguesa, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e a Estratégia Nacional Anticorrupção 2020–2024 — os participantes adquirirão conhecimentos sobre o papel das entidades públicas na promoção da integridade, na gestão dos riscos de corrupção e no reforço da confiança dos cidadãos nas instituições públicas.

A formação estrutura-se em módulos temáticos que exploram os elementos essenciais do RGPC: o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR), o Código de Ética e Conduta, os canais de denúncia, os procedimentos de contratação pública, o controlo interno, a comunicação interna e a formação sobre integridade, os mecanismos de identificação e prevenção de conflitos de interesses, bem como o papel do Mecanismo Nacional Anticorrupção.

A modalidade assíncrona permite flexibilidade de tempo, mantendo rigor pedagógico e atividades práticas que asseguram a aquisição de competências aplicáveis no contexto profissional.

Esta ação visa capacitar os trabalhadores a implementar, monitorizar e consolidar mecanismos de prevenção da corrupção e promoção da integridade, contribuindo para uma cultura organizacional transparente, imparcial e conforme os princípios constitucionais da legalidade e do interesse público.

No final deste curso, os formandos serão capazes de:

- Explicar o enquadramento legal e estratégico do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), incluindo a Constituição da República Portuguesa, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e a Estratégia Nacional Anticorrupção 2020–2024.
- Analisar as principais modalidades de corrupção e infrações conexas previstas no Código Penal e no RGPC, relacionando-as com os impactos institucionais e sociais.
- Aplicar os elementos obrigatórios do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR) à realidade da sua organização, estruturando medidas de mitigação e designando responsáveis.
- Descrever os elementos obrigatórios de um Código de Ética e Conduta conforme o artigo 7.º do RGPC, relacionando-os com a promoção de uma cultura organizacional íntegra.
- Avaliar a conformidade dos canais de denúncia da sua organização com os requisitos da Lei n.º 93/2021 e do RGPC, identificando eventuais lacunas e propondo melhorias.
- Elaborar um plano de ação para formação e comunicação interna sobre o RGPC, adaptando os conteúdos e canais ao perfil dos públicos-alvo da organização.
- Aplicar os princípios de transparência administrativa e promoção da concorrência na análise de práticas contratuais da sua organização, identificando riscos de opacidade ou favorecimento.
- Analisar situações institucionais que possam configurar conflito de interesses ou acumulação indevida de funções, com base no RGPC, CPA e LTFP, propondo medidas corretivas ou preventivas.
- Avaliar os componentes e a eficácia do sistema de controlo interno da sua organização, identificando oportunidades de melhoria alinhadas ao artigo 15.º do RGPC.
- Explicar as funções do MENAC e das inspeções-gerais no acompanhamento e fiscalização do RGPC, distinguindo diretivas, orientações e recomendações e reconhecendo os seus impactos na responsabilização institucional.

Destinatários

Dirigentes e trabalhadores da Administração Pública

Como está organizado o programa?

MÓDULO 1 – ENQUADRAMENTO GERAL DO REGIME GERAL DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO (RGPC)

Conteúdos principais:

- Quadro jurídico da prevenção da corrupção em Portugal.
- Constituição da República Portuguesa e compromissos internacionais.
- Estratégia Nacional Anticorrupção 2020–2024.
- Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC): objetivos e implicações.
- Programa de Cumprimento Normativo: estrutura e componentes.
- Papel da liderança e da gestão na integridade organizacional.

MÓDULO 2 – CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Conteúdos principais:

- Conceito de corrupção nos planos jurídico, institucional e sociopolítico.
- Tipificação da corrupção e infrações conexas no Código Penal.
- Artigo 3.º do RGPC: enquadramento legal das infrações conexas.
- Impactos da corrupção: democracia, confiança social, governação.
- Cultura de integridade e prevenção de riscos.

MÓDULO 3 – PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS (PPR)

Conteúdos principais:

- Finalidade e estrutura do PPR.
- Elementos obrigatórios (artigo 6.º do RGPC).
- Aplicação do Ciclo de Deming (PDCA).
- Metodologia de identificação e avaliação de riscos.
- Relatórios de execução, controlo e revisão do plano.
- Publicidade, comunicação e responsabilidades legais.

MÓDULO 4 – CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA

Conteúdos principais:

- Importância do Código como instrumento de integridade institucional.
- Requisitos legais (artigo 7.º do RGPC).
- Elementos obrigatórios do Código.
- Papel na prevenção do assédio, conflito de interesses e favorecimento.
- Mecanismos de revisão e divulgação.
- Consequências legais do incumprimento.

MÓDULO 5 – CANAIS DE DENÚNCIA

Conteúdos principais:

- Conteúdos principais: Obrigações legais (RGPC e Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro).
- Direitos e proteção dos denunciantes.
- Estrutura e funcionamento eficaz dos canais.
- Sanções aplicáveis.
- Exemplos práticos e autorreflexão institucional.

MÓDULO 6 – COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO INTERNA

Conteúdos principais:

- Comunicação institucional como ferramenta de integridade.
- Estratégias de divulgação do RGPC.
- Formatos e canais de comunicação eficaz.
- Programas de formação contínua.
- Adequação da formação ao perfil e função dos trabalhadores.

MÓDULO 7 | TRANSPARÊNCIA E CONCORRÊNCIA NA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Conteúdos principais:

- Artigo 12.º do RGPC – Transparência Administrativa
- Transparência Administrativa Obrigatória
- Transparência com responsabilidade
- Princípios de publicação à luz do artigo 16.º do RGPC.

MÓDULO 8 – CONFLITO DE INTERESSES E ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

Conteúdos principais:

- Conceito de conflito de interesses (CI) e acumulação de funções.
- Enquadramento legal (Constituição, Estatuto do Pessoal Dirigente, etc.).
- Prevenção e gestão de CI.
- Mecanismos de controlo e registo.
- Códigos de conduta e papel da liderança.
- Boas práticas e exemplos reais.

MÓDULO 9 – SISTEMA DE CONTROLO INTERNO E AVALIAÇÃO

Conteúdos principais:

- Conceito e funções do controlo interno.
- Relação com os princípios de boa governação.
- Avaliação da eficácia dos instrumentos do RGPC.
- Processo de auditoria e melhoria contínua.

MÓDULO 10 – MENAC, INSPEÇÕES E ENTIDADES EQUIPARADAS

Conteúdos principais:

- Função e atuação do MENAC.
- Interação com serviços de inspeção e outras entidades fiscalizadoras.
- Comunicação obrigatória e articulação institucional.
- Procedimentos de inspeção e responsabilização.
- Boas práticas e jurisprudência relevante.

Quais as competências comportamentais do ReCAP que esta formação potencia?

- **Competência transversal funcional:** Gestão do conhecimento e aplicação de referenciais legais na prática organizacional.
- **Competência transversal nuclear:** Orientação para o serviço público, com foco na integridade, transparência e responsabilidade institucional.

Qual o valor da propina?

40€

Como será realizada a avaliação?

- Aprendizagem assíncrona com recurso a vídeos explicativos, leituras orientadas, exercícios interativos e estudos de caso.
- Autoavaliação contínua com quizzes e exercícios práticos.

Requisitos gerais de acesso

Inscrição. Após concluir todo o processo de inscrição, terá acesso ao curso durante 30 dias, para o realizar ao seu ritmo.

Formadores

Patrick Simões

Docente, formador, consultor, investigador e autor nas áreas de Direito, Auditoria, Segurança e *Compliance*, com destaque para o *Whistleblowing System*. Tem experiência como inspetor, auditor e jurista na Administração Pública. Arbitro em Direito Administrativo e Laboral.

Doutorando na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Mestre em Auditoria, pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, do Instituto Politécnico de Lisboa. Pós-graduado em diversas áreas do Direito e licenciado pela Faculdade de Direito, da Universidade de Lisboa. Licenciado em Geografia e Planeamento Regional – Maior em Planeamento Regional – pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa.

Área de Formação: **Interesse e Serviço Público**

Área Temática: **Integridade**

Duração: **4 horas**

Forma de organização da formação: **Formação a Distância (assíncrona)**

[Visitar página do Curso](#)

Ficheiro descarregado a: 16/06/2026

